

Germinal

Jornal da Oposição Operária

Outubro/2005

“Quando ‘novos’ personagens entram em cena”¹

No final do mês de março de 2004, Carlos Pronzatto, cineasta argentino radicado há algum tempo em Salvador, lançou na Sala Alexandre Robatto, uma das suas mais novas películas, trata-se de “A Revolta do Buzu”. Este mesmo documentário foi reapresentado no salão nobre da reitoria da UFBA no dia 02 de setembro do mesmo ano, como parte do conjunto de atividades que marcaram o primeiro aniversário da grande mobilização ocorrida na soterópolis no final de agosto e início de setembro de 2003, que sacudiu a cidade com paralisações das principais vias, ocupadas que foram pela juventude, estudantes em sua maioria, reivindicando a redução da tarifa do transporte coletivo.

Seguindo os passos do movimento de Salvador, outras manifestações similares ocorreram também em Fortaleza (CE), Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Muito embora a gestação e a direção do movimento tenham sido reivindicadas por pretensas lideranças do “Movimento Estudantil organizado”, ficou evidente que o *leitmotiv* das manifestações veio ao encontro dos grandes indicadores da desigualdade social reinante em todo o país e em Salvador em específico. Segundo o próprio prefeito da cidade àquela época, em pronunciamento recente, cerca de 55 milhões de brasileiros andam a pé pelas ruas dos grandes centros urbanos em função da impossibilidade completa de assumir os custos das tarifas do transporte coletivo. Como Salvador, já de muito, lidera o *ranking* do desemprego nas regiões metropolitanas do país, o apoio da população, notadamente dos trabalhadores (empregados ou não), que são os potenciais usuários do sistema de transporte coletivo, foi fundamental para que o movimento ganhasse contornos que transcenderam a uma reivindicação exclusivamente estudantil e assumisse ares de uma verdadeira mobilização de massas das camadas populares, protagonizada dessa feita, pela prole, ainda

em estágio estudantil, mas em direta relação com os elementos objetivos passíveis de gerar uma identidade de interesses com a classe trabalhadora ativa e/ou em reserva.

Tentamos aqui fazer a descrição de alguns fatos ocorridos naquele período que, por um lado demonstram que a mobilização foi para além de um movimento meramente estudantil e por outro comprovam a emergência de “novos personagens” no cenário das lutas empreendidas por aqueles que são os maiores prejudicados pelo atual modelo econômico.

Para os soteropolitanos, especialmente para aqueles “bem-nascidos” na Boa Terra, o mês de setembro marca o início de mais uma temporada. Afinal, quando setembro entra anuncia a chegada dos, ainda tímidos, raios do sol de primavera. Muito embora as nuvens carregadas, (que por aqui nunca foram bons presságios) ainda tenham sido vistas – e sentidas – aqui e alhures, já se tornara evidente, naquele final de inverno de 2003, que o povo da Soterópolis, já se preparava para o início de mais um reinado de Hélios, o astro-rei.

Assim foi que naquele ano, pelo menos na capital da Bahia, o início do mês de setembro se deu ainda no dia 28 de agosto, pois desta vez, além de prenunciar a chegada das flores, o mês nove, trouxe também um colorido todo especial para as ruas de Salvador. Movidos por desejos que vão desde aquele mais sensível à flor da pele – o de poder continuar “pegando buzu” – passando por sentimentos bem característicos de auto-afirmação, tão comum nesse período de suas vidas, até o mais elaborado conceito “homogeneizador” (me permitam o neologismo) do espaço social: a oportunidade de “fazer-se” e de “sentir-se” “cidadão”, exercitando a “cidadania”², milhares de jovens, crianças e adolescentes tomaram de assalto as ruas da terceira maior cidade do país, promovendo algumas das mais significativas manifestações juvenis do presente século nessa cidade.

O estopim

A própria Prefeitura deu o “mote”: mediante assinatura de um decreto municipal, oficialmente anunciado na sexta-feira, dia 29/08, o então prefeito Antonio Imbassahy, majorou em R\$ 0,20 (vinte centavos), ou seja 16% a tarifa do transporte coletivo. Foi o suficiente para desencadear a mais recente

mobilização da juventude soteropolitana que, com uniforme escolar em sua maioria, assumia a cena nas ruas e se constituía na mais nova referência de rebeldia para os movimentos sociais locais.

As primeiras manifestações ocorreram já no dia 28/08, antes mesmo do anúncio oficial do reajus-

te. Nessas primeiras escaramuças, que ainda tiveram pequena repercussão nos espaços midiáticos, foi divulgada a senha para que outros grupos de jovens "cidadãos"(sic) pudessem engrossar as fileiras na luta contra o prefeito e os empresários de transportes. Já no dia seguinte, a cidade se vê repleta de novas "trincheiras", nas quais os estudantes-combatentes exercitam, com todo o vigor que a juventude é capaz de portar, o seu "dever-de-rua", esbanjando alegria, sonhos, desejos e vontades, surpreendendo a uns e contagiando a outros tantos, com uma emblemática disposição de luta por espaço social.

A partir da segunda-feira, agora sim, no primeiro dia do mês de setembro, já não era mais possível esconder: os estudantes ganhavam as ruas e junto com elas, os corações e as mentes de parcela significativa da população, que vê no seu cotidiano a prática de uma política essencialmente classista, excludente por excelência, que privilegia a manutenção dos altos índices de lucros dos empresários do

transporte coletivo em detrimento das condições de acesso de usuários, que além de ver a corrosão do seu poder de compra, ainda convivem com a insegurança do desemprego e do trabalho informal precarizado (é sempre bom lembrar que Salvador é a capital nacional do desemprego, flagelo que, de acordo com dados do DIEESE, chega a atingir quase 30% da população economicamente ativa na RMS).

Se o movimento eclodiu a partir da mobilização do dia 28, concentrada na região do centro, nos dias que se seguiram, espalhou-se como rastilho de pólvora e já se mostrava disperso por diversos cantos da cidade. A partir daí começaram a pipocar manifestações que travaram o trânsito em vários pontos da cidade, impedindo, primordialmente, a circulação dos coletivos e provocando gigantescos congestionamentos nas principais "avenidas de vale", que, em virtude da topografia urbana, se constituem nas mais importantes vias de circulação de veículos na capital baiana.

A tática

A tática utilizada, de eficácia comprovada, parecia muito simples: grupos de estudantes, "estimulados" em grande parte pelos representantes dos grêmios estudantis, abandonavam às salas de aulas formais e dirigiam-se para a "aula prática" no meio das ruas. Alguns portavam cartazes confeccionados grosseiramente e de última hora, mas que exibiam orgulhosamente: "passagem a R\$ 1,00"; ou ainda: "queremos estudar e o Imbassahy não quer deixar".

Em princípio trancando o trânsito nas imediações das suas escolas; para em seguida, seguindo sempre em passeata, dirigirem-se aos pontos nevrálgicos do trânsito da capital. Em pouco tempo quase toda a cidade estava parada. - Estação da Lapa, Iguatemi, Av. Sete de Setembro, Calçada, Suburbana, Av. Manoel Dias da Silva, Av. ACM, Av. Oceânica, Av.

D. João VI, Av. Paulo VI, Cajazeiras, São Cristóvão, Av. Centenário, Vale dos Barris, Av. Vasco da Gama, Rua Silveira Martins, Rótula do Abacaxi, Paralela, Costa Azul, Liberdade, Baixa de Quintas, Aeroporto, Mussurunga - enfim, não ficou uma só zona da cidade em que não houvesse pelo menos uma manifestação desses protagonistas juvenis, personagens reais da cena cotidiana de opressão social numa grande cidade, de um grande país, *em vias de desenvolvimento*, no hemisfério sul, na qual desigualdades, discriminação étnica, estratificação e violência dão o tom da (des)organização da sociedade.

A forma como se desenvolveram as mobilizações, chamou a atenção e despertou o interesse de alguns dos representantes das tradicionais formas de organização dos movimentos sociais. Instaurou-se inicialmente a

polêmica acerca da possível existência de uma centralidade organizada do movimento, uma vez que os pontos em que ocorriam as manifestações e principalmente a sincronia com que se davam os "arrastões", sugeriam a existência de uma experimentada liderança entre os organizadores da jornada de protestos.

O próprio desenrolar dos acontecimentos se encarregou de esclarecer a espontaneidade da mobilização e de demonstrar o caráter essencialmente voluntarioso daqueles que, em esmagadora maioria, integravam os "piquetes".³

O conjunto dos acontecimentos foi de uma riqueza inominável. Foram vários os elementos que merecem uma reflexão mais detida. Vamos tentar comentar de forma bastante aligeirada, como o espaço requer, alguns dos principais momentos dessa epopéia.

Gritos das Ruas

As palavras de ordem que eclodiram em brados retumbantes, constituíram-se em verdadeiros "gritos das ruas", misturando sentimentos e reivindicações mais imediatas surgidas no próprio desenrolar do movimento, à principal bandeira geradora da mobilização- a redução da tarifa. Essa profusão marcava, de algum modo, a identidade daqueles que deram a cara e as cores de quem, de fato e de

direito, foram (e são) as principais personagens desse capítulo da nossa história.⁴

Bandeiras de luta

As bandeiras levantadas foram sendo desfraldadas em proporção direta a do crescimento da mobilização, o que fez com que a espontaneidade

inicial, provocada pela indignação com o aumento da passagem, paulatinamente fosse ficando estruturada em torno de eixos essencialmente estudantis. Assim, começavam a tremular bandeiras tais como:

- Revogação do reajuste das passagens; (a original)
- Extensão do *smart-card* para todos os dias do ano;
- Meia passagem para os estudantes de pós-graduação;
- Meia passagem para os estudantes de curso diurno e supletivo;
- Restabelecimento do Conselho Municipal de Transportes;
- Aumento da cota mensal de utilização do *smart-card*.¹

Quem é a liderança?

A incorporação das reivindicações acima, vista de maneira açodada, pode parecer aos mais incautos uma demonstração de um elevado grau de organização do movimento, planejado exaustivamente em algum gueto restrito e por mentes iluminadas, haja vista que as mesmas já fazem parte do corolário de preces do tradicional movimento estudantil. Contudo, o que ficou evidenciado no decorrer dos acontecimentos é que, na tentativa de “pegar carona” na mobilização, lideranças sem nenhuma representatividade acreditaram na possibilidade de auferir os louros da grande repercussão que o movimento alcançou.

Entretanto, quanto mais os “líderes” tradicionais tentavam assegurar as rédeas do movimento, mais ecos ressoavam das ruas demonstrando o quão ilegítimas eram tais pretensões. O que se verificava na cidade era um pipocar de manifestações por toda parte, sempre partindo das proximidades de alguma escola em direção ao centro e às estações de transbordo de passageiros.

A assembléia

O momento crucial, que serviu de referência para desqualificar qualquer um mais afoito que se lançou à condição de liderança do movimento, aconteceu durante a assembléia convocada por representantes de instituições estudantis e que tinha por objetivo aprovar o acordo feito entre tais lideranças e a Prefeitura Municipal na noite anterior. Contudo, o que se viu no ginásio de esporte dos bancários foi uma demonstração inequívoca de que o invejável vigor do movimento

não tinha a sua correspondência na organização das entidades estudantis. Apesar de conseguirem reunir cerca de três mil pessoas na quadra dos bancários, nem sequer uma ordem de oradores conseguiu ser formulada pelos que convocaram o evento.

Assim, enquanto pretensos líderes, por meio de uma ávida disputa pelo microfone, tentavam fazer ver a todos que o movimento deveria chegar ao fim em função das promessas feitas pela Prefeitura de assegurar a extensão da meia passagem para todos os dias do ano, inclusive para os estudantes de pós-graduação, e de congelar a passagem por um período de doze meses, mesmo mantendo o reajuste concedido, parte significativa dos estudantes, abandonou o recinto e dirigiu-se para as ruas, negando a proposta de acordo e desqualificando cabalmente os dirigentes estudantis enquanto seus representantes.

O resultado foi o retorno às manifestações e a continuidade dos “piquetes”.

O papel do Estado e das entidades oficiais

Quanto a esse episódio, vale registrar o papel desempenhado pela Prefeitura e pelos organismos oficiais do município (Câmara de Vereadores e até o Tribunal de Justiça do Estado) que se precipitaram em indicar ao movimento quais seriam os seus interlocutores privilegiados, ou seja numa clara demonstração de que foi o próprio poder público constituído que quis nomear (forjando falsas lideranças), os negociadores mais “confiáveis”, para, em nome dos manifestantes, solucionar o conflito.

Isso também tornou evidente o papel que tem cumprido as organizações tradicionais no seio dos movimentos sociais (dentre os quais se inclui o movimento estudantil), que tem atuado essencialmente enquanto elemento apaziguador dos conflitos sociais, buscando reconhecimento junto aos órgãos oficiais em detrimento da sua legitimidade junto àqueles que dizem representar. São instituições “chapa-branca”, que estão sempre prontos para assegurar a “lei e a ordem”, estabelecendo os limites dentro dos quais podem fluir os descontentamentos e as frustrações dos oprimidos da sociedade. Os dirigentes da UNE, da Abes, Ubes e outras tantas entidades que se dispuseram a cumprir esse papel, apesar de jovens, demonstraram que estavam sendo muito bem municiados por seus tutores nos sindicatos e nos partidos institucionais, principalmente aqueles que hoje estão à testa do Estado em esfera federal.

A pergunta que não quer calar...

Talvez coubesse aqui uma pergunta tola: ora, se a lei existe para manter a ordem que há, como é possível construir a perspectiva de uma outra ordem social exclusivamente por dentro da lei?

Em função de tais características e da análise implícita, se é possível identificar algum tipo de liderança legítima no movimento em questão, ela certamente esteve ligada à representatividade dos grêmios estudantis de algumas das grandes escolas da cidade e, na maior parte dos casos, em lideranças carismáticas e pontuais forjadas no próprio embate e geradas pelas circunstâncias em que transcorrem os protestos. Vale registrar que, embora questionemos veementemente o status de líderes centralizadores do movimento atribuído às entidades estudantis, é inegável o surgimento de novas lideranças que brotaram das mobilizações e que, de fato e de direito conduziram as manifestações em diversas regiões da cidade, mesmo que de maneira pontual e circunscrita a sua área de atuação.

Esse movimento foi mais um sinal claro de que as condições objetivas, materiais para uma su-

blevação dos segmentos mais explorados da sociedade estão colocadas na ordem do dia. Uma bandeira específica – contra o reajuste do transporte coletivo – pode ser capaz de reunir em torno de si um imenso espectro social formado por aqueles que, de uma forma ou de outra, conseguiram se identificar com a condição de “povo”. Ou seja, a difícil tarefa de, no campo teórico, caracterizar uma identidade da classe trabalhadora, em função dos seus multifacetados aspectos formadores, mostra-se para nós, de maneira objetiva, concreta, histórica e real através de um chamamento identitário supostamente dos mais simples.

A luta pela redução da tarifa do transporte coletivo conseguiu reunir em torno de si um amplo espectro de indivíduos, que por conta das suas condições de inserção e da posição que ocupam na sociedade, constituíram entre si laços de identidade, capazes de suplantar a dispersão que lhes é imposta pelos diversos instrumentos objetivos e/ou ideológicos de que se valem aqueles que estão no poder.

“Fé na vida, fé no homem, fé no que virá...”

Voltando um pouco à narrativa, que por sinal, é por demais esclarecedora, parece-nos importante ressaltar mais um elemento que se faz presente nas mobilizações e nos dá mais pistas para compreender a eclosão do movimento. O sentimento mais comum, demonstrado pelos manifestantes, certamente esteve ligado a uma sensação de liberdade única, de tomar as ruas e, mesmo em pequenos grupos, se colocar na condição de controladores do tráfego de veículos. Estudantes de escolas públicas, em sua maioria, negros e pobres, aos quais a própria sociedade tem-se encarregado de negar até mesmo esperanças de uma vida melhor, viram-se agora, em condições de exercer o poder, em uma de suas variadas esferas, em meio ao caos instaurado na cidade. A cada divulgação da ação de um grupo, novos manifestantes, como que estimulados pela façanha dos seus congêneres, lançavam-se à

tarefa de fazer com que a sua existência fosse também e finalmente notada e reconhecida pelo restante da sociedade.

A imensa aceitação popular, fruto da própria legitimidade do movimento, que como já vimos, foi capaz de unificar os mais diversos segmentos da “classe-que-vive-do-trabalho”⁶, gerou as condições para que essa parcela dos oprimidos pudesse fazer eclodir o seu grito.

Apesar de todos os percalços da sua realidade objetiva, o integrante dessas “falanges” teve sempre demonstrado no rosto a felicidade de estar se fazendo notado. Experimentou, certamente com regozijo, o efusivo gosto do delito consentido. Aos poucos, a essa sensação de prazer onírico e existencial, também somava-se uma sensação de “pertencimento”, de identidade com o clamor oriundo das camadas mais populares da sociedade.

Espontaneidade, voluntarismo e sensação de “pertencimento”

A caracterização feita pelos meios de comunicação de que se tratava de um movimento “essencialmente” estudantil, fez com que em cada estudante, qualquer que fosse a sua matiz, e quaisquer que fossem as suas motivações, fosse despertado um sentimento de identidade com o alvoroço provocado por seus pares que, aproveitando-se do fato de o professor não vir à aula, qualificaram-se para fazer escola nas ruas.

O jornal A Tarde, em sua edição *on line* de 03/09/2003, em matéria assinada pela jornalista Ana

Paula Boni afirma:

“ESPONTANEIDADE – Se no Centro da cidade as manifestações tinham uma liderança mais definida, no Parque Costa Azul a organização rolou de forma espontânea e não fez feio. O tesão pelo acontecimento e o sentimento de fazer parte de tamanha mobilização contagiaram estudantes de colégios públicos e particulares da Pituba ao Jardim Armação: Thales de Aze-

vedo, Portinari, Integral, Emílio Garrastazu Médici, Persona, Águia, Pedro Calmon, Batista Brasileiro, Centro de Educação Permanente, Serravalle, Mendel e mais um monte de garotos pré-vestibulandos e universitários que soltaram o verbo.

A Polícia Militar deu sua contribuição, deixando todas as decisões a cargo dos alunos. Se era para liberar o bloqueio, os meninos é que diziam quantos carros e ônibus iam passar. Os estudantes tam-

bém estavam cansados: todo mundo sem almoçar, desde de manhã cedo na rua e gritando muito. Mas ninguém arredava pé dali. Quando retomavam o fôlego, lá vinha um novo coro: "Estudantes na rua. Imbassahy, a culpa é sua!". O cansaço apenas falou mais alto às 15h30, quando todo o trânsito foi liberado e a galera resolveu voltar para casa... já para pensar em nova manifestação, que vai acontecer se a prefeitura não entrar em acordo com os estudantes."

O que se pode esperar daqui pra frente...

Assim foi que o sucesso de um grupo ao conseguir atravancar o trânsito em algum ponto da cidade estimulava outros a também se lançarem na aventura de "fazer acontecer", ao mesmo tempo em que relatos de experiências sempre seduziam o ouvinte a incorporar-se também à "luta".

Os acontecimentos registrados desde a quinta-feira, dia 04/09, quando teve lugar a referida assembléia, mostraram-nos que o movimento entrara, naquele momento, em uma nova etapa. O ponto culminante foi quando o próprio Prefeito, acompanhado de assessores e dos dirigentes estudantis por eles escolhidos, foram às emisoras de TV anunciar o acordo para por fim às mobilizações. Muito embora o rompimento, de parte dos manifestantes com a proposta de acordo formulada pelas entidades dos estudantes, tenha sido caracterizado pela retirada da assembléia e pela retomada das mobilizações de rua, é

impossível negligenciar o refluxo que o movimento sofreu, a partir da associação da Prefeitura com as entidades estudantis.

A legitimidade popular do movimento, assegurada pela própria realidade objetiva que fez emergir a bandeira central das mobilizações e garantir a construção de identidades com o conjunto dos segmentos populares, começava então a sofrer arranhões.

Na medida em que ficou explicitada a falta de um ente organizativo com cacife suficiente para dirigir o movimento, as possibilidades de ataque por parte da repressão tornaram-se ainda maiores. A partir daí a Prefeitura e a imprensa oficial se esforçaram para desqualificar o movimento junto a população. Mesmo com o incremento dos estudantes de escolas particulares que passaram a incorporar cada vez mais às atividades, os pontos de concentração de estudantes tornaram-se cada vez mais escassos.

"Polícia para quem precisa de polícia."

Dada a presença massiva de adolescentes e mesmo de crianças entre os manifestantes e em virtude da grande cobertura dada pelos organismos da imprensa local, a repressão ao movimento, em seu primeiro momento foi relativamente branda. Depois da repercussão nacional que foi dada ao forte aparato repressivo utilizado quando das mobilizações dos estudantes na Universidade Federal da Bahia em maio de 2001, quando a polícia utilizou-se da tropa de choque, do lançamento de bombas de gás e distribuiu golpes de cacetetes contra os estudantes no interior da Universidade, quando da exigência de cassação do mandato do então senador Antonio Carlos Magalhães, o prefeito Antonio Imbassahy, apesar de pressionado por setores extremamente conservadores, preferiu não ver a sua imagem associada a de um carrasco espancador de jovens e adolescentes.

Assim, os momentos que se seguiram ao

acordo entre a Prefeitura e os supostos líderes do movimento foram marcados pelo retorno das mobilizações, muito embora elas já enfrentassem o seu momento de desgaste. Em função disso vamos verificar mais um exemplo cabal de que a repressão "tarda mas não falha". Aproveitando-se da ocorrência dos desfiles oficiais do sete de setembro e do "Grito dos excluídos", organizado pela CNBB, alguns manifestantes retomaram às ruas e, após o encerramento do ato, dirigem-se para a estação de transbordo da Lapa no intuito de bloquear a circulação dos ônibus. A partir daí, a reação da polícia não pareceria mais tão leniente como tinha sido até então e o Governo Municipal passou a preocupar-se mais com as pressões dos empresários de transporte e de comerciantes do que com a repercussão que uma forte ação repressiva teria. A tentativa de dispersão dessa feita, se deu através de golpes de cacetetes desferidos contra ado-

lescentes, alguns uniformizados em trajes escolares, que foram filmados e fotografados por jornalistas amadores e profissionais. A repressão naquele momento já demonstrava o desgaste sofrido pelo movimento em função dos "acordos" com

a Prefeitura e da sensível diminuição do número de manifestantes. Embora as fotos das agressões policiais fossem estampadas nas páginas dos jornais no dia seguinte, a repercussão do fato não foi capaz de gerar novos protestos de rua.

Lições de rua

Mesmo que o desfecho desta jornada de mobilização não tenha conseguido garantir a redução da tarifa, algumas lições devem ser deduzidas em função da magnitude do movimento e da grande profusão de novas formas de organização que pululam nas mais variadas esferas dos movimentos sociais: a emergência de novos personagens no palco dos conflitos sociais contemporâneos demonstra que novos "focos" estão surgindo e que, exatamente por conta disso, para aqueles que ainda acreditam na possibilidade de construção de uma alternativa "*para além do capital*"⁸ é de importância fundamental buscar interpretar sinais como esse, que apontam para o surgimento de novas formas de luta e de organização, por fora dos espaços institucionais e das tradicionais estruturas organizativas corrompidas, cooptadas e subsumidas a esfera da legalidade e da ordem do capital, para que não fiquemos, como alguns, "*esperando Godot*".

As manifestações protagonizadas pela juventude, porque não dizer, trabalhadora, uniformizados ou não, ocorridas entre agosto e setembro de 2003 nas ruas de Salvador, demonstraram de

maneira cabal a emergência de novos movimentos sociais. Na medida em que avança a cooptação e a institucionalização das tradicionais formas de organização dos movimentos sociais e o sindicalismo se converte de maneira inequívoca em mais uma das correias de transmissão dos interesses de Estado, a necessidade de encontrar novos mecanismos de manifestação do descontentamento popular aparece como uma tarefa preponderante para aqueles que não mais se enganam quanto ao caráter do atual governo, e que ainda apostam na construção das condições para o real enfrentamento entre os "oprimidos" e os "poderosos".

A cada dia surgem novas formas de contestação da ordem perversa do capital. Quer sejam as ocupações dos "sem-terra", as mobilizações dos movimentos de moradia, as greves que saem do controle da burocratizada estrutura sindical, ou mesmo as manifestações da juventude trabalhadora. Fica cada vez mais claro que a sublevação das massas populares tem buscado forjar novos caminhos para dar vazão a sua crescente indignação.

O governo "democrático e popular" e os movimentos sociais

A eleição de um ex-operário à Presidência da República fez com que muitos incautos acreditassem que finalmente poderíamos verificar uma mudança no conjunto de políticas públicas, que pudessem abrir caminhos para uma ampliação das lutas populares. A chegada de Lula ao Palácio do Planalto poderia então se constituir na ascensão da classe trabalhadora ao patamar de protagonista da cena social em nosso país. Ledo engano, passados mais de dois anos do (primeiro?) mandato do "Governo Democrático Popular" (sic), o que se verifica é a reprodução ampliada da polí² • de reformas neoliberais levadas a cabo no país desde o governo de Fernando Collor de Melo – o Fernando I.

Contudo, embora a natureza e o conteúdo das reformas sejam claramente antipopulares, o fato do "companheiro" Lula estar a frente do Estado, trouxe um componente novo para os movimentos sociais. Se antes as tradicionais formas de organização do povo oprimido, como sindicatos, centrais sindicais, uniões estudantis, movimentos de bairros, etc., já demonstravam a sua incapacidade de fazer frente às demandas suscitadas pelo

avanço das novas técnicas poupadoras de força-de-trabalho, da reestruturação produtiva, da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, agora, com um líder sindical na cadeira de Presidente e seus asseclas em diversos postos do Estado, todo, ou pelo menos boa parte do movimento social organizado, se viu cooptado pelas benesses distribuídas em diversas esferas da administração pública. Assim, ao invés de buscar a mobilização de massas como forma de pressionar o governo a adotar medidas que pudessem ao menos amainar o descalabro social que vive o país, as principais lideranças sindicais, quer sejam elas da CUT ou da Força Sindical, se apressaram em conter os movimentos paredistas, em evitar a deflagração de greves e/ou de manifestações que pudessem colocar em "xeque" a governabilidade do governo petista.

Muito embora as condições objetivas, a fome, a miséria, o desemprego, a falta de terra e de moradia, pudessem se constituir enquanto elementos, por si só, capazes de promover a mobilização das massas populares, as

institucionalizadas formas de organização até então existentes, são colocadas contra os trabalhadores em sua trajetória de contestação a ordem estabelecida. Ao invés de servirem como instrumento de libertação, os sindicatos e as centrais sindicais se constituem enquanto grilhões que prendem e sufocam os que vivem do seu trabalho, sempre buscando conduzir os enfrentamentos, surgidos da própria natureza da sociedade de classes, para dentro da esfera institucional, reduzindo a sua repercussão e restringindo os seus horizontes.

Assim é que, para dar vazão a inevitável indignação com o aumento do desemprego, com o achatamento salarial, com o aumento do custo de vida, com a falta de moradia, com a falta de terra, com o desvio de verbas de políticas públicas como saúde, educação e segurança para geração de "superávit primário", os oprimidos da

sociedade começam a buscar novas formas de manifestação. E essas podem (e devem) dar lugar a formas de organização mais avançadas que as atuais, que sejam capazes de romper com a burocracia sindical, com o atrelamento institucional e se constituírem enquanto referências para as lutas vindouras, preservando princípios como os da liberdade, autonomia, independência e auto-determinação dos movimentos dos trabalhadores. Esses novos atores sociais, cuja a mobilização em Salvador pode ter sido apenas um "esquete", se preparam para entrar de vez em cena e se constituírem no mais recente e promissor capítulo da história de lutas das camadas mais exploradas da sociedade. As mobilizações já começam a acontecer, a tarefa agora é proporcionar a necessária organização para levar adiante um projeto libertário, autônomo, independente e, verdadeiramente, socialista.

Notas

¹ O título do texto, tomamos de empréstimo do importante livro de Eder Sader, publicado pela primeira vez em 1988 pela Ed. Paz e Terra no Rio de Janeiro

² O conceito de cidadania é aqui apresentado criticamente como um elemento capaz de homogeneizar os mais diversos atores sociais, suprimindo os seus conflitos de classe e construindo uma perspectiva fetichista de uma sociedade que é estruturalmente estratificada e procura se mostrar acessível a todos, por meio da conquista da assim chamada "cidadania".

³ Entre os manifestantes era fácil perceber a existência de bandeiras de partidos políticos e de entidades do movimento estudantil, contudo, grande parte dos que se colocaram à frente dos ônibus e constituíram a multidão que "intimidava" qualquer esboço de reação ao seu gesto era composta por indivíduos para os quais o ativismo político ainda era uma novidade.

⁴ Eis algumas das pérolas cunhadas durante as manifestações: "Ão, ão, ão/um e cinqüenta é do pão"; "Ê,ê, ê/Imbassahy mandou bater"; "Imbassahy,pode esperar/Ano que vem vamos votar"; "Tarifas aumentando/Barriga do povo roncando"; "Um e cinqüenta não/Eu sou estudante/E meu pai não é ladrão"; "Polícia pra ladrão/Pra estudante, não"; "Ê,ê, ê/Se pagar essa tarifa/Não vou ter o que comer"; dentre tantas outras.

⁵ Jornal ATarde, edição On Line de 03/09/2003

⁶ Classe-que-vive-do-trabalho é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Ricardo Antunes por meio do qual ele busca caracterizar o atual estágio de fragmentação do mundo do trabalho.

⁷ Jornal ATarde edição On Line de 03/09/2003.

⁸ Uma referência ao recente livro do pensador húngaro István Mészáros